JUSTUTOR

Questão Discursiva 02300

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa de determinado Estado-membro, ao disciplinar o processo de criação e instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito, condiciona a criação de CPI à aprovação, pelo Plenário da Casa Legislativa, de requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos Deputados Estaduais.

Com base no cenário acima, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) Analise, de maneira justificada, a constitucionalidade da referida previsão regimental.

B) O Diretório Regional de um Partido Político do Estado-membro em questão tem legitimidade para questionar a previsão regimental perante o Supremo Tribunal Federal por meio de ADI?

Resposta #006800

Por: carolina valiati 18 de Julho de 2021 às 11:22

A) Tal previsão regimental é inconstitucional por prever que a criação de CPI depende da aprovação pelo Plenário da Casa Legislativa, já que, conforme previsto no art. 58, §3°, da CF, a CPI depende tão somente do requerimento de 1/3 dos seus membros para que seja instaurada, sob pena de se descaracterizar o instituto, que é direito das minorias parlamentares.

B) Não, pois, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ajuizamento de ADI só pode ser feito pelo Diretório Nacional de Partido com representação no Congresso Nacional.